Ata da 10ª Reunião Ordinária do II Período Legislativo de 2018

Aos dezessete (17) dias do mês de setembro de 2018, (dois mil e dezoito), por volta das 19:30h no Plenário da Casa Custódio Ferreira Mergulhão, reuniram-se em Sessão Ordinária os Vereadores que representam o Poder Legislativo deste Município, com as ausências dos Vereadores Claudemir Paulino da Silva, Reginaldo Silva dos Santos e Maria da Paz do Nascimento Bezerra e as ausências justificadas dos Vereadores Euno Andrade da Silva Filho e José Pereira da Silva. O Presidente abriu a Sessão e passou a condução dos trabalhos para que a Secretária Legislativa Adjunta fizesse a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi solicitada dispensa pelo Vereador Jonas Chagas Torres e, sem a objeção dos pares, foi aprovada por unanimidade pelos Vereadores presentes. Na presente Sessão não houve correspondências a serem lidas. Na ordem do dia, foi encaminhado às Comissões Competentes o Projeto de Lei Nº 051/2018 de autoria do Poder Executivo, Ementa: Dispõe sobre a contratação de artistas, grupos, bandas, músicos e afins, locais, para apresentação e/ou exposição em shows, exposições, eventos artísticos, culturais, musicais e similares que receberem subvenções sociais e financeiras ou auxílios financeiros do Poder Público Municipal ou através dele e dá outras providências. Também foi encaminhado às Comissões Competentes o Veto Integral Nº 002/2018 ao Projeto de Lei Nº 031/2018 de autoria do Vereador Nilton Senhorinho, Ementa: Veta integralmente, por vício do princípio da segurança jurídica e princípio da legalidade o Projeto de Lei n° 031/2018 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de projetos de arborização urbana em novos loteamentos ou parcelamento e dá outras providências". Na sequência, o Presidente desta Casa deu início a Audiência Pública para discutir assuntos relativos a Saúde Pública de nosso Município. A Secretária fez a chamada para a composição da Mesa que foi composta pelo Promotor de Justiça, Dr. Daniel Ataíde Martins; pelo 1º vice-presidente do Lions Club e assessor de comunicação internacional e marketing, Sr. José Passos Pôrto Junior; pela presidente dos Agentes de Saúde de Belo Jardim, Sra. Vilma; pela representante da OAB em Belo Jardim, Dra. Valdirene Cavalcante; o ex-vereador desta

Casa, Antônio Gomes, mais conhecido como Pomba; e o Dr. Maneco representando a Academia Belo-jardinense de Letras e Artes e ex-secretário de Saúde Municipal de Belo Jardim. Logo em seguida o *público assistiu ao vídeo da reportagem apresentada pela TV Jornal* (SBT) sobre os descasos que vêm acontecendo na Saúde Pública de nosso Município. Na sequência a Secretária fez a leitura do Ofício Circular Nº 03/2018 onde foram informados os assuntos a serem discutidos nesta Audiência Pública, sendo eles a discussão do estado da Saúde Pública do Município de Belo Jardim encampando no atendimento nas Unidades Básicas de Saúde e no Hospital Regional Júlio Alves de Lira, a falta de insumos e medicamentos e o sucateamento das ambulâncias. Logo após a palavra ficou facultada aos Vereadores e, pela ordem, o Edil Nilton Senhorinho solicitou que fossem citados, para o conhecimento do público presente, todas as autoridades convidadas para esta Audiência Pública e que não compareceram seja por motivos de força maior ou por descaso. A Secretária então leu a relação dos convidados, sendo eles o Prefeito; toda a direção do Hospital Júlio Alves de Lira; a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Cristina Pereira, assim como outros secretários do Poder Executivo; o Delegado de Belo Jardim; o Juiz de Direito da Comarca de Belo Jardim; a 1ª e 2 Promotoria de nosso Município; a 1ª e 2ª Vara de Justiça; Clubes de Serviços; o Padre Geraldo Magela; o Presidente da CDL; representantes de igrejas evangélicas e de várias entidades religiosas. Dando continuidade, o Vereador Eduardo Bruno da Silva Galvão, no uso da palavra, agradeceu a presença do público que encheu o plenário e lamentou o não comparecimento das autoridades do Poder Executivo, pois essa seria uma ótima oportunidade para debater os problemas que vêm acontecendo em nosso Município. Falou sobre o uso e o destino da verba na pasta da Saúde Pública e o convênio firmado com o Hospital Santa Fé. Disse ainda que em abril, através da Convocação feita por ele, o então Secretário de Saúde, Sr. Cecílio Galvão, falou que a verba destinada ao Hospital Santa Fé foi maior que a verba usada para gerir a Saúde Pública Municipal através do Sistema Único de Saúde (SUS). O Edil reconheceu que o convênio firmado foi de grande valia para a

população, mas ressaltou que o Sistema Público não pode ser enfraquecido simplesmente pelo fato de ter um convênio com um hospital particular. Citou ainda vários casos de omissão que estão sendo investigados e falou da visita feita pelos cinco (05) vereadores da bancada da oposição ao Hospital, onde foram detectadas várias irregularidades e todas elas foram registradas por fotografias e, assim, puderam desenvolver e apresentar um relatório ao Ministério Público. Na sequência, no uso da palavra, o Vereador José Anselmo da Silva, mais conhecido como Tenente, falou que a situação da Saúde Pública é inadmissível e que cada Edil desta Casa tem o dever de cumprir seu papel fiscalizador, seja ele de situação ou oposição. Também lamentou a ausência dos representantes do Poder Executivo e se solidarizou com as famílias que sofreram com as negligências causadas. O Presidente desta Casa, em acordo com os demais Vereadores, inverteu a ordem da pauta e convidou a Sra. Maria José da Silva Santos, mãe de Geovana Vitória de 03 anos e portadora de microcefalia, para falar sobre o atendimento prestado à sua filha. Ela então no uso da palavra falou sobre as necessidades especiais de sua filha que não são atendidas em Belo Jardim e, por isso, todos os dias elas precisam viajar até Caruaru ou Recife para então ter esse atendimento que vai de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia entre outras. Citou o descaso com os motoristas que, mesmo sem receber os pagamentos de seus honorários, cumprem de forma honesta e responsável suas funções levando os pacientes com segurança aos seus destinos, porém o Município descumpre uma regra importante do Código de Trânsito, pois não oferece espaço para colocar as cadeirinhas para as crianças, ficando as mesmas desprotegidas nos colos das mães. Falou ainda que os carros que transportam essas crianças não comportam as cadeiras de rodas em seus porta-malas fazendo com que as mães passem o dia todo com seus filhos nos braços. Falou sobre o suplemento alimentar que a filha recebia e o mesmo foi trocado trazendo alguns transtornos, pois a Geovanna teve intolerância ao novo produto vindo a adoecer. A mãe foi procurar informações sobre a troca, mas foi informada pela nutricionista responsável que a composição do novo suplemento é igual a do

anterior e, depois de muitos desgastes, a Secretaria de Saúde voltou a entregar o antigo suplemento alimentar, porém durante os três (03) meses de discussões a menina ficou desassistida neste quesito. *Retornando a ordem da pauta, o Vereador José Marcelino Monteiro da* Silva também lamentou a situação da Saúde Pública Municipal e citou um exemplo que presenciou quando um paciente procurou um Vereador informando que no Hospital não tinha o medicamento que o médico havia prescrito, o Edil então procurou saber o valor do remédio na farmácia e o mesmo custava R$ 6,00. Falou ainda de um paciente que chegou no Hospital procurando atendimento, pois foi mordido por um animal, mas precisou ser transferido para Caruaru porque no Hospital local não tinha a vacina necessária. Um outro paciente precisava de um curativo, mas no hospital não tinha esparadrapo e luvas para realização do procedimento e a enfermeira que o atendeu pediu que ele portasse esse material no próximo atendimento. Lamentou a falta de ambulâncias nos Distritos e Vilas de Belo Jardim e o estado deplorável das que estão em atendimento. O Vereador Jonas Chagas Torres, no uso da palavra, repudiou a ausência do chefe do Poder Executivo. Falou que acredita na capacidade da equipe que atualmente está à frente da pasta da Saúde Pública, mas para apresentação de bom resultado é necessário dar estrutura e condições para trabalhar. Ressaltou que tem uma ambulância e a mesma está a serviço da população da cidade e que todas as vezes que o serviço público precisa da mesma, ela é emprestada. Na ocasião a Dra. Amara Ramos, representante de Larissa, uma das vítimas do acidente que aconteceu com uma ambulância no último dia 13 de setembro, no uso da palavra falou que sua cliente relatou que a ambulância estava em alta velocidade e que na colisão ela e sua tia que a acompanhava foram lançadas para fora da ambulância, visto que estavam sem cinto de segurança. Informou que a tia da paciente que quebrou o fêmur e fraturou a coluna, ainda se encontra na UTI entubada tendo um coagulo cerebral e que passou por duas (02) cirurgias no fígado. Falou da paciente Larissa que tem 25 anos e estava no oitavo mês da primeira gestação, mas que foi transferida por necessitar de cuidados que o hospital local não dispunha e por causa da colisão veio a abortar

o bebê. A mesma ainda teve hemorragia interna, quebrou uma costela, está com a clavícula deslocada e aguarda o resultado de exames para confirmar a fratura da bacia. Falou que a mãe da paciente Larissa fez um apelo pedindo fraldas geriátricas, pois o Hospital Regional não disponibiliza o suficiente. Citou o descaso nas respostas e no atendimento à família da vítima nesse momento tão difícil. Em seguida, o Vereador Nilton Senhorinho fez algumas indagações ao Prefeito, à Secretária de Saúde ou a qualquer pessoa que pudesse ter vindo prestar esclarecimentos do que vem acontecendo. Frisou que a população realmente não sabe do que está na verdade acontecendo porque nenhum responsável compareceu para isso. O Edil indagou porque no dia 04 de abril o Município registrou uma Ata de preço de medicamentos no valor de R$ 3.129.000,00 (três milhões cento e vinte e nove mil reais) estando ainda sob gestão do então Secretário de Saúde, Sr. Cecílio Galvão, e essa Ata só foi publicada já na atual gestão da nova Secretária, no dia 26 de junho, portanto cinquenta e cinco (55) dias depois, deixando o Município impedido de adquirir medicamentos nesse intervalo. Citou ainda que a Secretária de Saúde ao atender a convocação feita por esta Casa Legislativa, na ocasião disse que a demora foi porque não tinha quem fizesse a publicação e não soube dizer como a cidade foi abastecida durante esse período, enquanto isso a população ficou sem medicamentos simples que custavam R$ 0,04 (quatro centavos de real) na licitação que foi feita. O Edil ainda falou do excesso de pacientes e acompanhantes na ambulância, pois estão acumulando pessoas para serem transferidas de uma única vez fazendo assim uma economia de combustível e não se tem notícias desse dinheiro economizado. Citou o fato de servidores da saúde informarem que todas as semanas são recepcionadas as notas de material hospitalar e medicamentos no CAF, porém as notas vêm num valor e o material entregue corresponde a um montante bem menor. Falou sobre o fato de vários pedidos de investigação terem sido arquivados pela bancada de Vereadores aliada ao Prefeito, fazendo com que esses casos não sejam apurados. Na sequência foi dada a palavra ao Sr. Adauto Penha Lima, tio de Larissa, uma das vítimas do acidente que ocorreu com a ambulância, ele falou sobre o descaso que

sua família vem sofrendo por parte do Poder Público Municipal desde que o acidente aconteceu. Relatou que devido a alguns áudios postados por ele numa rede social acabou sendo agredido fisicamente pelo Chefe de Gabinete Sr. Ivanildo e, por causa dessa agressão, uma queixa foi prestada na Delegacia de Belo Jardim. Dando continuidade, o Promotor de Justiça, Dr. Daniel Ataíde Martins no uso da palavra falou que muitos dos casos investigados é do conhecimento da 1ª Promotoria de Justiça na qual ele é o promotor titular e, por isso, fez questão de comparecer a esta Audiência Pública. Lembrou que em 2013 houve um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a reformulação, reforma e readequação do Hospital Júlio Alves de Lira e, como é de conhecimento de todos, esse termo não foi cumprido fazendo com que o Hospital fosse interditado. Em 2016, o Hospital ainda estava interditado e havia uma Ação Executiva desse TAC contra o Município fazendo com que a população fosse atendida na Policlínica de Belo Jardim e, quando necessário, esses atendimentos eram feitos em outros Municípios. Falou ainda que após as reformas e a construção da UPA, ainda em 2016, ele então foi convidado pelo CAOP Saúde (Centro de Apoio Operacional das Promotorias) para participar das vistorias nos prédios junto com a APEVISA (Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária) e o CREMEPE (Conselho Regional de Medicina de Pernambuco) e, após as inspeções o serviço voltou a funcionar, contudo a Ação Executiva 28582/2016 continua. Citou algumas particularidades dessa Ação como, por exemplo, cumprir as exigências da APEVISA e do CREMEPE, entre elas está a questão da mão de obra profissionalizada e, aproveitou para ressaltar a necessidade de realização de concurso público lembrando que não é feito há muito tempo nessa Cidade; outra exigência é o Atestado de Regularidade do Corpo de Bombeiros que ainda não foi dado. Falou que o MP entende que ainda não houve as restruturações necessárias do Hospital e, por isso, houve a aplicação de multa diária contra o Município e contra o gestor, porém para não onerar ainda mais o Município através de bloqueio de verbas públicas, houve então o bloqueio das verbas da multa em relação ao gestor municipal. O Promotor explicou ainda que o juiz da 2ª Vara entendeu que para

execução da multa o atual gestor deveria ser intimado pessoalmente, porém o mesmo foi intimado através da Procuradoria e na ocasião, no direito de ampla defesa o Município se manifestou à Procuradoria informando que estava atendendo as exigências da Ação e reconheceu algumas deficiências dos serviços prestados. Relatou ainda que existem processos civis onde estão sendo tratados os casos relacionados à obstetrícia de nosso Município, pois além dos diversos casos de omissão registrados pelas vítimas, ainda foi detectado pelo CREMEPE e pela APEVISA que o Hospital não dispõe de médico pediatra neonatal, sendo esse um profissional indispensável quando há realização de partos. Em relação ao Hospital Santa Fé o mesmo relatou que uma Ação Cautelar foi aberta para suspensão do convênio firmado com a Prefeitura do Município de Belo Jardim, pois o mesmo tem vícios em sua essência, por isso, o MP entende que esse convênio é ilegal, além de contrariar a Ação Executiva de reestruturação do Hospital, ressaltou ainda que a terceirização se dá somente em casos excepcionais. Com base nisso, já foi concedida uma liminar judicial da 2ª Vara para a suspensão do referido contrato. Na sequência, o Presidente suspendeu a Sessão por três (03) minutos para que o Promotor Dr. Daniel Ataíde Martins fosse acompanhado até a saída. Retornando a Sessão a palavra foi dada ao Dr. Maneco, representante da Academia Belo-jardinense de Letras e Artes e ex-secretário de Saúde Municipal de Belo Jardim. Ele, no uso da palavra, disse que para gerir uma pasta tão importante como a Saúde Pública é necessário ter planejamento, atitude que não ocorreu na gestão atual e, prova disso, é o que vem acontecendo. Citou sua gestão à frente da Secretária de Saúde que foi de apenas dois meses e três dias, mas durante esse pequeno período os atendimentos no Hospital foram aumentados acompanhando a demanda da população; foram contratados mais médicos para que os atendimentos nos Postos de Saúde pudessem acontecer fornecendo assim essas consultas às pessoas; foi dada uma atenção especial às ambulâncias e carros para que os pacientes fossem melhor atendidos nesse quesito; houve a finalização da reforma do bloco cirúrgico e o mesmo sendo aprovado pelo CREMEPE e APEVISA em parceria com o MP começou a ser

utilizado abrindo, portanto, a questão de o porquê fazer um convênio com o Hospital Santa Fé para realização de cirurgias se existe um bloco cirúrgico pronto no Hospital Júlio Alves de Lira; falou ainda que, antes de deixar a pasta, abasteceu a dispensa do Hospital deixando suprimento para aproximadamente 40 dias e fez também uma compra suplementar de medicamentos para esse mesmo período. Disse que os problemas que vêm acontecendo são por falta de planejamento da gestão atual que tem trocado de Secretários, mas os problemas continuam os mesmos. A palavra foi passada para o Padre Geraldo Magela que lamentou o fato de ver seu rebanho sofrendo as mazelas da Saúde Pública na gestão atual. Relatou ter sido procurado pelas famílias das últimas vítimas e, de pronto, ofereceu todo o conforto para que o sofrimento dessas pessoas fosse amenizado. Disse ainda que não fala da pessoa do Prefeito, mas sim do gestor que tem deixado a desejar. Parabenizou o Presidente e aos Vereadores desta Casa que estão cumprindo com a função de legislar, ou seja, fiscalizar o trabalho do Poder Executivo. Parabenizou também os Edis que dispõem de ambulâncias para transportar as pessoas, mas disse que esse trabalho é de obrigação do Poder Executivo e não dos Vereadores. Disse ainda que o fato de oferecer esse serviço à população não exime o Vereador de cumprir seu papel de fiscalizador, pois quando esses pacientes chegam ao Hospital e não são atendidos por falta de estrutura, é obrigação deste Edil que fez o transporte cobrar neste Plenário por melhorias na gestão pública usando o poder que lhe foi conferido através dos votos de seus eleitores. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para a Dra. Valdirene Cavalcante. Ela no uso da palavra parabenizou a todos envolvidos para que essa Audiência Pública pudesse acontecer. Falou também que como representante da OAB em Belo Jardim tem ciência do trabalho de seus colegas de profissão que militam exatamente nessa questão da Saúde Pública Municipal. Disse esperar que esses casos não caiam no esquecimento e que os direitos da população não continuem a serem violados como vem acontecendo. Na presente Audiência Pública foi dada a palavra a Sra. Josefa, mãe de Larissa, uma das vítimas do acidente ocorrido com a ambulância no último dia 13 de setembro. Ela, emocionada, falou da

situação difícil na qual sua filha e sua irmã estão passando no Hospital da Restauração na cidade do Recife. Falou que em meio a todo o sofrimento que sua família tem passado, seu irmão na ânsia por justiça e tendo divulgado alguns áudios, acabou sendo agredido fisicamente por um Secretário da gestão pública atual. Ela ainda reivindicou seus direitos como cidadã e pediu que as devidas providências fossem tomadas e que os responsáveis pelo acidente fossem penalizados. Logo em seguida o ex-vereador Pomba, no uso da palavra, disse ter passado dezesseis (16) anos nesta Casa legislando em favor da população de Belo Jardim e que durante esse período nunca viu uma comoção popular tão grande como tem visto nos últimos dias. Citou o crescimento do Município nos últimos anos com a chegada de empresas, mas destacou que a Cidade não dispõe de um Poder Executivo que acompanhe esse crescimento e lamentou o que vem acontecendo em Belo Jardim. O Vereador Evandro de Souza Santos, mais conhecido como Macarrão, no uso da palavra disse estar preocupado com a situação atual do Município. Reconheceu que muitas vezes o Vereador realiza ações que não são de sua atribuição como por exemplo ter ambulância, carro pipa ou até executar algumas obras, mas ele está junto ao Poder Executivo cobrando e solicitando que os serviços sejam prestados. Disse que no início do ano de 2018 todos os Vereadores tiveram a oportunidade de aplicar sua Emenda Impositiva no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) cada, porém firmaram um acordo onde todos os Edis disponibilizariam a metade desse valor para que o Poder Executivo pudesse adquirir ambulâncias e aparelhos de exames que o Município ainda não dispõe, afirmando que um investimento de quase R$ 900.000,00 (novecentos mil reais) foi destinado a Saúde. Informou ainda que o restante de sua Emenda foi destinado à Educação que deverá receber aparelhos de ares-condicionados para as escolas de Serra do Vento e sítios vizinhos. Falou que o Prefeito solicitou à Secretária de Saúde que ela dê toda assistência necessária aos familiares das vítimas e, além disso, pediu que a empresa terceirizada responsável pelas ambulâncias possa enviar mais duas unidades para que fiquem à disposição da população e, assim, será possível fazer a manutenção

das demais. Na sequência o Sr. Anderson Leonardo, sobrinho do motorista da ambulância, lamentou o fato de estarem responsabilizando seu tio pelo triste acidente. Relatou o depoimento de seu tio sobre os fatos daquela noite, onde foi fechado por um caminhão e, com medo de um acidente maior e mais grave, acabou se chocando contra o muro. O motorista foi socorrido desacordado e logo ao acordar questionou o estado de saúde das gestantes, o mesmo continua hospitalizado sem previsão de alta. O Sr. Anderson aproveitou a oportunidade e relatou também que sua noiva foi acometida de tuberculose passando por um tratamento de seis (06) meses tendo que tomar medicamentos diariamente, porém houve vezes que a Secretaria de Saúde não dispunha da medicação, deixando a paciente sem acesso ao tratamento, podendo gerar complicações que a levariam a óbito. O Vereador Marcos Antônio Carlos, mais conhecido como Marcos Buchudo, falou que há cinco meses quando foi anunciado que a Sra. Cristina assumiria a pasta da Secretaria de Saúde, todos e, inclusive os Vereadores desta Casa, criaram uma boa expectativa, pois sabiam da competência da mesma. Disse que mesmo tendo melhorias em algumas áreas existem outras que ainda precisam melhorar. Citou os questionamentos feitos à Secretária no dia que ela, por um convite desta Casa, compareceu para prestar esclarecimentos. Falou ainda que numa reunião com o Prefeito disse ao mesmo que, se for o caso, mesmo reconhecendo as qualidades da Sra. Cristina, Secretária de Saúde, ela e toda equipe envolvida nesses casos deveriam ser demitidos dando assim uma resposta à população. Lembrou que nos últimos cinco anos passaram por essa Pasta doze (12) Secretários e acredita que todos os gestores tentaram acertar na administração e que não é diferente nos dias atuais. Disse ainda que iria procurar saber como está sendo a assistência oferecida pela Prefeitura a essas famílias. Na sequência o Sr. Anselmo, mais conhecido como Anselmo da COMPESA, relatou um fato que aconteceu no sábado, dia 08 de setembro. Ele, que reside no Bairro da Cohab I, estava passando mal e aferindo a pressão arterial numa farmácia identificou que a mesma estava alta, 21x11. De posse de seus documentos e se utilizando de uma moto-taxi se dirigiu ao Hospital onde relatou à recepcionista que

sua pressão arterial estava muito alta, pensando ele que seria dado prioridade ao seu caso, porém se passaram vinte e cinco (25) minutos e ele não foi atendido. Quando chegou a sua vez, ele a cedeu para uma senhora que estava mais debilitada que ele, porém logo após houve a troca de plantão e o médico que assumiu o posto não estava pronto para trabalhar, pois ainda foi trocar de roupa e se dirigiu até a sala de medicamentos para conversar com os profissionais que lá estavam. Quando o atendimento enfim aconteceu, o profissional que assumiu o plantão nem sequer aferiu sua pressão. A enfermeira então o medicou usando um comprimido sublingual e uma injeção. Quando sua pressão chegou a 16x11 ele foi liberado para retornar para casa, mesmo ela ainda estando alta. Como cidadão reivindicou seus direitos e pediu providências. O Presidente Gilvandro Estrela ao fazer uso da palavra disse que ao lado do Dr. Maneco teve a felicidade de dentro de dois meses revolucionar a Saúde Pública de Belo Jardim e lembrou que a verba de um ano atrás é a mesma de hoje, salientou que com esse dinheiro é possível sim fazer muito pela população carente do Município, para isso basta ter compromisso, responsabilidade, zelo, amor, dedicação e equipe. Disse que acredita que o governo atual ainda possa acertar em sua gestão. Informou ainda que esta Ata se tornará pública e será enviada às autoridades competentes. Falou da importância dessa Audiência para que a população saiba que esta Casa nunca será omissa aos anseios dos munícipes e que seu mandato como Presidente desta Casa será até 31 de dezembro de 2018, mas enquanto estiver Vereador não ficará calado, cumprindo seu papel. Pontuou que irá junto com o Vereador Tenente falar com a Secretária para saber como está a assistência oferecida ás famílias das vítimas. Disse esperar que outros fatos como esses não venham acontecer, pois não basta ter só médicos no Hospital e não oferecer os materiais e medicamentos necessários para os atendimentos, pois uma coisa depende da outra. O Vereador cobrou das autoridades locais a compra das ambulâncias oferecidas através de Emendas Parlamentares pelos Deputados Bruno Araújo e Teresa Leitão e que até o presente momento não aconteceu. Cobrou ainda as diversas obras que foram custeadas pelo Ministério da Educação através do

então Ministro Mendonça Filho e que até hoje não saíram do papel. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a presente Sessão. Sala das Sessões em 17 de setembro de 2018.